



Cerradinho Bioenergia S.A.

CNPJ 08.322.396/0001-03



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - SAFRA 2021/22

A Cerradinho Bioenergia S.A. ("CerradinhoBio" ou "Companhia") foi constituída em 18 de setembro de 2006 e está sediada no município de Chapadão do Céu, no Estado de Goiás, tendo como controladora final a Cerradinho Participações S.A. ("Controladora"). O Grupo é composto pela CerradinhoBio, que atua no setor de biocombustíveis e bioeletricidade e pela Neomille S.A. ("Neomille" ou "Controlada"), subsidiária integral atuante no setor de etanol de milho e coprodutos. Em conjunto, doravante denominadas como "Grupo".

Cerradinho Bioenergia S.A. A Companhia tem como atividade preponderante a exploração agrícola da cana-de-açúcar, a produção e comercialização de etanol hidratado carburante e seus derivados, atividade de importação e exportação, e a produção e comercialização de energia elétrica. A produção de cana-de-açúcar é realizada em terras de terceiros, através de contratos de arrendamento e parceria agrícola, a qual é destinada a utilização como matéria-prima em seu processo produtivo. Suas atividades operacionais tiveram início em 26 de junho de 2009, com a produção de etanol e energia para o mercado interno. Neomille S.A.: Iniciou sua operação em novembro de 2019, tendo como atividade a produção de etanol de milho e produtos para alimentação animal. A Controlada, situada ao lado do atual parque da CerradinhoBio, garante a proximidade para origem de matéria-prima (milho) e escoamento do produto (etanol). Apresentamos as demonstrações financeiras preparadas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral das Leis nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e Lei 12.973/14, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), compreendendo o exercício social iniciado em 1º de abril de 2021 e encerrado em 31 de março de 2022 (safra 2021/22), acompanhadas pelo Relatório dos Auditores Independentes. **DADOS OPERACIONAIS:** A safra 2021/22 foi um marco na história da companhia, registrando recordes de moagem de cana-de-açúcar e processamento de milho. Foram moídas 5,3 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 5% superior ao registrado na safra anterior. Já em relação à moagem de milho, foram esmagadas 543 mil toneladas no período, volume 17% superior à safra anterior. Foram produzidos 675 mil m³ de etanol hidratado total, 4% a mais que na safra anterior, sendo 244 mil m³ advindos do milho, volume 19% superior. Também em consequência da maior moagem de milho, houve um aumento de 16% na produção de DDG e de 42% na produção de óleo, esses dois últimos produtos utilizados na nutrição animal. Na energia elétrica, foram exportados para a rede 396 GWh, além de 124 GWh equivalentes (considera-se o vapor e a eletricidade) destinados à planta industrial de milho, totalizando um volume 10% superior ao mesmo período da safra anterior. Durante os doze meses, houve também a emissão de 569 mil CBOs (Créditos de Descarbonização), sendo que em 31 de março de 2022 a Companhia possuía estoque de 142 mil CBOs emitidos e não comercializados. A emissão desses certificados foi iniciada no segundo trimestre da safra 2020/21.

Dados Operacionais	SF21/22	SF20/21	Var. %
Moagem de cana total (mil t)	5.277	5.013	5%
% Cana de milho	56%	58%	(2p.p)
Moagem de milho (mil t)	543	465	17%
Produtividade Agrícola	82,8	89,1	(7%)
ATR (kg/t)	125,6	136,4	(8%)
ATR (kg/ha)	10,396	12,157	(14%)
Produção de etanol total (mil m³)	675	647	4%
Produção de DDG (mil t)	144	124	16%
Produção de óleo (mil t)	6,7	4,7	42%
Exportação de energia (GWh)	520	472	10%
Emissão de CBOs (mil)	569	663	(14%)

Dados Financeiros (valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)	SF21/22	SF20/21	Var. %
Receita (R\$ mil)	2.622.623	1.663.790	58%
Etanol de cana	1.398.054	855.355	63%
Etanol de milho	421.158	388.987	9%
Energia	134.329	137.153	(2%)
DDG + Óleo	222.069	111.869	99%
CBOs	20.133	16.628	21%
Outras	14.439	121.628	(88%)
EBITDA Ajustado Consolidado (R\$ mil)	1.075.747	635.539	69%
Margem EBITDA Ajustado (R\$ mil)	41%	39%	2p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	513.615	264.963	94%

No comparativo entre as safras, a receita consolidada do Grupo apresentou crescimento de 58%, totalizando R\$ 2.622,6 milhões. O aumento da receita líquida reflete, principalmente, o aumento dos preços médios liquidados em 71% do etanol, em função da elevação do preço da gasolina e maior paridade entre os preços do etanol e gasolina aos consumidores (na bomba). Além disso, o preço médio líquido realizado de DDG também registrou aumento de 1,7x em função do maior preço de milho e aumento da demanda pelo

Ativo	Balanco patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021	2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	344.370	400.284	1.144.378
Aplicações financeiras		1.766	4.558	1.766
Instrumentos financeiros derivativos	9	2.743	-	3.276
Contas a receber	6	33.415	20.122	90.288
Estoques	8	96.424	62.912	269.968
Arrendamentos a receber	10	9.585	8.254	9.585
Ativos biológicos	11	230.519	207.365	230.519
Tributos a recuperar	12	7.989	12.478	40.917
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	7	21.740	-	-
Outros ativos		5.838	8.025	5.501
Ativo não circulante mantido para venda		1.287	272	1.287
Total do ativo circulante		755.676	724.270	1.797.485
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras		6.180	6.034	6.180
Instrumentos financeiros derivativos	9	33.477	11.046	59.803
Arrendamentos a receber	10	22.934	25.075	22.934
Tributos a recuperar	12	4.466	6.629	45.525
Depósitos judiciais		7.325	8.888	18.659
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	11.949	47.025	58.374
Outros ativos		44	56	11.775
Investimento em controlada	14	488.690	280.508	222.492
Imobilizado	15	843.453	855.771	1.305.337
Direito de uso	16	527.266	377.753	534.626
Intangível		1.588	2.058	2.040
Total do ativo não circulante		1.947.372	1.620.843	2.065.253
Total do ativo		2.703.048	2.345.113	3.862.738

Passivo e patrimônio líquido	Balanco patrimonial em 31 de março - Em milhares de reais			
	Nota	2022	2021	2021
Circulante				
Fornecedores	17	84.542	91.147	111.109
Arrendamentos a pagar	18	35.090	23.415	35.731
Parcerias agrícolas a pagar	18	104.228	76.105	105.036
Empréstimos e financiamentos	19	55.013	62.816	66.015
Debêntures	20	110.828	22.679	219.266
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	4.429	4.714
Salários e encargos sociais		34.477	38.033	38.252
Tributos a recolher		17.116	11.089	30.317
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	7/23 (c)	23.335	44.281	23.335
Provisão para contingências	22	19.893	24.415	22.952
Outros passivos		8.549	9.221	10.883
Total do passivo circulante		493.071	407.830	667.610
Não circulante				
Arrendamentos a pagar	18	110.237	63.483	114.098
Parcerias agrícolas a pagar	18	347.121	262.343	349.237
Empréstimos e financiamentos	19	193.647	214.661	865.971
Debêntures	20	371.317	450.836	668.963
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	144
Salários e encargos sociais		11.984	7.006	13.551
Tributos a recolher	21	44.480	24.001	45.241
Provisão para contingências	22	3.023	9.552	9.755
Total do passivo não circulante		1.061.890	1.031.882	2.066.960
Total do passivo		1.574.890	1.439.512	2.734.570
Patrimônio líquido				
Capital social		472.588	472.588	472.588
Reservas de lucros		655.580	433.013	655.580
Total do patrimônio líquido		1.128.168	905.601	1.128.168
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.703.048	2.345.113	3.862.738

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Reservas de Lucros			
	Nota	2022	2021	2021
Saldo em 31 de março de 2020		472.588	19.762	-
Dividendos distribuídos	23 (d)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Remuneração sobre o capital próprio	23 (e)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23 (d)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	23 (d)	-	-	-
Constituição de reservas	23 (f)	-	-	-
Saldo em 31 de março 2021		472.588	33.010	-
Dividendos distribuídos	23 (c)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Dividendos adicionais propostos	23 (c)	-	-	-
Antecipação de dividendos mínimos e adicionais	23 (c)	-	-	-
Remuneração sobre o capital próprio	23 (c)	-	-	-
Constituição de reservas	23 (d)	-	-	-
Saldo em 31 de março 2022		472.588	58.691	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais	Reservas de Lucros			
	Nota	2022	2021	2021
Saldo em 31 de março de 2020		472.588	19.762	-
Dividendos distribuídos	23 (d)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Remuneração sobre o capital próprio	23 (e)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	23 (d)	-	-	-
Dividendos adicionais propostos	23 (d)	-	-	-
Constituição de reservas	23 (f)	-	-	-
Saldo em 31 de março 2021		472.588	33.010	-
Dividendos distribuídos	23 (c)	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-
Dividendos adicionais propostos	23 (c)	-	-	-
Antecipação de dividendos mínimos e adicionais	23 (c)	-	-	-
Remuneração sobre o capital próprio	23 (c)	-	-	-
Constituição de reservas	23 (d)	-	-	-
Saldo em 31 de março 2022		472.588	58.691	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: 1.1 Informações gerais: A Cerradinho Bioenergia S.A. (a "Companhia") foi constituída em 18 de setembro de 2006 e está sediada no município de Chapadão do Céu, no Estado de Goiás, tendo como controladora final a Cerradinho Participações S.A. ("Controladora"). A Companhia tem como atividade preponderante a exploração agrícola da cana-de-açúcar, a produção e comercialização de etanol hidratado carburante e seus derivados e a produção e comercialização de energia elétrica. A produção de cana-de-açúcar é realizada em terras de terceiros, através de contratos de arrendamento e parceria agrícola, a qual é substancialmente destinada à utilização como matéria-prima em seu processo produtivo. Suas atividades operacionais tiveram início em 26 de junho de 2009. A Companhia encontra-se produzindo etanol e energia, visando atender ao mercado interno. Possui capacidade de moagem de 6,1 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, produção de 515 mil m³ de etanol e capacidade instalada de 160 MW de geração de energia elétrica. A Companhia detém 100% de participação no capital social da Neomille S.A. (doravante denominada "Controlada" e, em conjunto com a Companhia, "Grupo"). A operação da Controlada teve início em novembro de 2019, tendo como atividade a produção de etanol de milho e produtos para alimentação animal. A Controlada, também situada no município de Chapadão do Céu, ao lado do atual parque da CerradinhoBio, garante a proximidade da região produtora para origem de matéria-prima (milho). Possui capacidade de moagem anual de 571 mil toneladas de milho, produção de 243 mil m³ de etanol, 172 mil toneladas de DDG ("Distillers Dried Grains") e 7 mil toneladas de óleo. Grande parte da produção de etanol da Companhia e de sua controlada são escoados por meio de transporte ferroviário, contratados junto a terceiros, utilizando terminal logístico da Cerradinho Logística Ltda. (parte relacionada do Grupo), correspondendo a 84% do volume total comercializado na safra 2020-2021 (1º - mesmo período da safra 2020-2021). O Grupo tem capacidade de estocagem de 260 mil m³ de etanol e historicamente vende parte substancial da produção no final da safra, com objetivo de aproveitar os melhores preços do mercado. O exercício social do Grupo compreende o período de doze meses iniciado em 1º de abril de cada ano até 31 de março do ano seguinte, coincidente com o ciclo de produção (safra) da cana-de-açúcar, principal matéria-prima utilizada na produção do etanol pela Companhia, cuja colheita e processamento industrial inicia-se nesse mês e se encerra em meados de dezembro de cada ano. A partir de dezembro até meados de fevereiro do ano subsequente, antes da retomada da colheita, corresponde ao período denominado de entressafra. A Companhia e a Controlada contam com incentivo fiscal relacionado à redução do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial de até 20%. A utilização do benefício está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle do Grupo. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor do incentivo apurado no período é registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receita de contratos com os clientes" (Nota 25), com contrapartida na rubrica de "Tributos a recolher". **1.2 Investimentos - Neomille S.A.: Ampliação do parque industrial em Chapadão do Céu - GO:** A Companhia irá investir aproximadamente R\$ 283 milhões para expansão da planta industrial de sua controlada Neomille, responsável pelo processamento de milho para produção de etanol e suprimentos para ração animal. O novo projeto prevê ampliar a capacidade de processamento de milho da controlada em 248 mil toneladas por ano. As obras foram iniciadas em novembro de 2021 e estão previstas para serem concluídas em doze meses. **Construção de novo parque industrial (greenfield) para processamento de milho em Maracaju - MS:** Em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de dezembro de 2021 foi aprovado investimento de R\$ 1,1 bilhão para construção e capacitação de giro da primeira fase da nova indústria de etanol de milho da Neomille S.A. a ser instalada no município de Maracaju, sudoeste do estado do Mato Grosso do Sul. A nova unidade será construída em duas fases e, quando estiver operando na capacidade total, poderá processar até 1,2 milhão de toneladas de milho por ano, resultando em 550 milhões de litros de etanol, 330 mil toneladas de DDGs (Dried Distillers Grains with Solubles), 105 GWh de energia e 22 mil toneladas de óleo. As obras da primeira fase foram iniciadas em março de 2022, e o início da produção está previsto para o segundo semestre de 2023. **1.3 Oferta Pública de Ações (Initial Public Offering - IPO) e Registro inicial de companhia aberta - Categoria A:** Considerando as condições de mercado, o Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de outubro de 2021, deliberou unanimemente pela interrupção do processo de Oferta, deliberando ainda pelo prosseguimento do registro da Companhia como uma Sociedade Anônima de Capital Aberto. Com base na Opinião-FIC nº 116/2021-CVM/SE da Comissão de Valores Mobiliários de 21 de dezembro de 2021 a Companhia teve seu pedido de registro de emissor que trata a Instrução CVM nº 480/09, na categoria "A", deferido. **1.4 SARS-CoV-2 (COVID-19):** Até o momento da emissão das demonstrações financeiras, apesar das incertezas decorrentes do aumento de volatilidade nos mercados que podem afetar na determinação de premissas utilizadas em algumas das principais estimativas contábeis, como por exemplo, no valor justo dos

mercado. O Grupo demonstra o EBITDA Contábil conforme instrução CVM 527, mas adota o EBITDA ajustado, excluindo os impactos no lucro da adoção do IFRS 16, receitas e despesas não recorrentes, valor justo dos ativos biológicos, amortização de ativos biológicos colhidos e amortização de gastos de entressafra, com objetivo de demonstrar da melhor maneira sua geração operacional de caixa. Neste sentido, o EBITDA Ajustado consolidado atingiu R\$ 1.075.747 na 2021/22, 69% superior ao mesmo período da safra anterior, com margem de 41%, conforme reconciliação abaixo:

Composição do EBITDA (em R\$ mil)	SF21/22	SF20/21	Var. %	Nota	DF
EBITDA Ajustado	1.075.747	635.539	69%	-	-
Margem EBITDA ajustado	41%	39%	2p.p.	-	-
Estorno de Contratos Agrários (Efeito não Caixa do IFRS 16)	101.856	80.324	27%	-	-
Recalculadas (Despesas) - Não recorrente	6.434	8.536	(25%)	-	-
Ativos biológicos	14.342	31.640	(55%)	DRE	27
Amortização de ativos biológicos colhidos	(120.737)	(107.724)	12%	26	-
Amortização de gastos de entressafra	(59.017)	(51.326)	15%	26	-
EBITDA Contábil	1.018.625	596.990	71%	-	-
Margem EBITDA	39%	36%	3p.p.	-	-
(-) Depreciação e Amortização	(223.466)	(225.597)	(1%)	26	-
(-) Despesa financeira líquida	(141.882)	(109.499)	30%	DRE	-
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	653.277	261.894	149%	-	-
Refletindo os investimentos em expansão, o Grupo registrou um aumento de 14% no endividamento líquido em relação à posição em 31 de março de 2021. Com relação à alavancagem, o aumento do endividamento líquido é mais do que compensado pelo aumento do EBITDA ajustado, o qual foi 69% superior àquele apresentado em 31 de março de 2021. Deste modo, o indicador em 31 de março de 2022 estava em um patamar de 0,57x dividido em relação ao EBITDA ajustado, o qual é 33% inferior ao apresentado em 31 de março de 2021 (safra anterior).					

Dados Financeiros	Mar/22	Mar/21	Var. %	Nota	DF
Dívida Líquida (R\$ mil)	609.670	535.895	14%	4.2	-
Líquidez Ajustada (x)	3,55	2,57	38%	-	-
Alavancagem LTM (x)	0,57	0,84	(33%)	-	-
A Líquidez Corrente Ajustada consolidada, que desconsidera os efeitos não caixa dos arrendamentos (CPC 06 (R2)/IFRS 16), foi de 3,55x em 31 de março de 2022, um incremento de 38% em relação à posição de 31 de março de 2021, reflexo principalmente do incremento no caixa e equivalentes de caixa do Grupo no encerramento da safra 2021/22, além dos maiores de insumos agrícolas e do maior valor de estoque de milho, pelo aumento do preço da matéria-prima.					

Composição do Lucro Líquido Corrente (em R\$ mil)	Mar/22	Mar/21	Var. %	Nota	DF
Ativo Circulante	1.797.485	1.355.141	33%	BP	-
Passivo Circulante	644.658	624.227	3%	BP	-
Líquidez Corrente Contábil	2.79	2.17	28%	-	-
(-) Arrendamentos a receber - AC	(9.585)	(8.254)	16%	BP	-
(-) Arrendamentos a pagar - PC	(35.731)	(23.415)	53%	BP	-
(-) Parcerias agrícolas a pagar - PC	(105.936)	(76.105)	38%	BP	-
Líquidez Corrente Ajustada	3,55	2,57	38%	-	-

INVESTIMENTOS	SF21/22	SF20/21	Var. %
Conforme demonstrado a seguir, o CAPEX consolidado do Grupo encerrou a safra 2021/22 com um aumento de 55% frente à safra anterior.			
Composição do CAPEX (em R\$ mil) - Consolidado			
Manutenção			
Plântio - Reforma	69.500		

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Cerradinho Bioenergia S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perdas esperadas. **2.6 Contas a receber:** São registradas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, por meio de provisões para provisionar as perdas esperadas. **2.7 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo custo médio das compras e da produção, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis. O custo de produção industrial compreende a amortização do valor justo dos ativos biológicos (Nota 2.9) da Companhia ou o custo de aquisição do milho da Controlada, custos de depreciação dos bens do ativo imobilizado (incluindo a mão de obra de cana-de-açúcar e os gastos com a manutenção das instalações industriais no período de entressafra) e do direito de uso dos contratos que contém arrendamento, mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos relacionados, consumidos/incorridos no processo de produção. O custo de produção de co-produtos de milho da Controlada e de energia da Companhia compreendem, exclusivamente, os gastos adicionais relacionados diretamente com a sua produção/geração, não havendo absorção de custos relacionados ao consumo de sua principal matéria-prima (bagagem de cana-de-açúcar, respectivamente). O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para provisão de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas em montante considerado suficiente para a administração do Grupo para cobrir prováveis perdas na sua realização. **2.8 Direito de uso e arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:** O Grupo adota o IFRS 16/CPC 06 (R2) que estabelece um modelo único de contabilização dos arrendamentos e parcerias agrícolas nas demonstrações financeiras dos arrendatários/parceiros outorgados, de modo que reconheçam os passivos dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo contemplados nos contratos de arrendamento mercantil e parcerias agrícolas. Para contratos de baixo valor (computadores, equipamentos de informática e telefonia em geral) e/ou com vigência até 12 meses, não foram reconhecidos ativos e passivos, sendo as contrapartidas reconhecidas como despesa durante o resultado. O Grupo reconhece ativos e passivos para seus contratos relacionados a arrendamentos e parcerias agrícolas e implicações de créditos de Descarbonização - CBIOS, definidos pelo regime não cumulativo, segundo as alíquotas de 1,65% e 0,6%, respectivamente. Por força do art. 15-A da Lei 13.576/2017 (o resultado obtido com a venda dos CBIOS foi excluído da base de apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), uma vez que o seu parágrafo 1º prevê a exclusão da importância "no valor do resultado do exercício", o que corresponde à materialidade que serve de ponto de partida à determinação da base de cálculo da contribuição, nos termos do art. 2º, "caput", da Lei 7.689/1989. Adicionalmente, não foi oferecida à tributação pela Contribuição Previdenciária incidente sobre a receita, por não se tratar de contrapartida da comercialização da produção (própria ou de terceiros)). **(b) Julgamentos, mensuração e contabilização referente tema da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS:** Com base na ação judicial da Controlada, com trânsito em julgado ocorrido em março de 2019, referente a discussão sobre a inconstitucionalidade da cobrança dos referidos impostos sobre o valor tributado de PIS e COFINS sobre o ICMS em suas operações de venda, o Grupo reconheceu, nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021, créditos de PIS e COFINS calculados sobre o ICMS incluído em suas operações de venda calculados pelo método ad valorem (tributação sobre uma base de cálculo), nos montantes de 12,36% e R\$ 12.906, respectivamente, conforme Nota 12 (i). Em que pese a decisão do STF ao RE 574.706, tema 69, ter fixado a tese com repercussão geral, discute-se ainda se os efeitos desse julgamento também abrangem a ação própria do Grupo, especificamente quanto aos possíveis valores de PIS e COFINS calculados sobre o ICMS no método ad rem (tributação de alíquota fixa por m³ de etanol - Regime especial RECOB). A administração, embasada na opinião de seus consultores jurídicos, por entender que a ação própria da Companhia impetrada em 2007, e, portanto, ante o surgimento ante a existência do atual regime especial de tributação, ao concentrar-se na tese de "aturamento/receita", não alcança os recolhimentos efetuados na sistemática do RECOB, cujas peculiaridades não foram analisadas no caso concreto, e não reconheceu possíveis créditos calculados nesta metodologia. Neste contexto, em 8 de junho de 2021 o Grupo ingressou com nova ação judicial (mandado de segurança) com pedido de liminar (processo 1023698-56.2021.4.01.3500), onde discute-se o direito de se valer da decisão do STF sobre a não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS também para o etanol hidratado combustível tributado atualmente pelo método Ad rem. Em 26 de julho de 2021 foi proferida liminar favorável ao Grupo e, atualmente, a administração, também embasada na opinião de seus consultores jurídicos, está em processo de elaboração de laudo econômico que sustente o valor que será excluído do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, para que então se possa aplicar os efeitos da liminar que suspende o pagamento para fatos geradores futuros. Até o momento, o Grupo continua realizando a compensação dos débitos de PIS e COFINS gerados com créditos correntes da sua operação normal em sua integralidade, sem ainda se valer da decisão liminar favorável. O montante estimado com potencial êxito em relação à ação judicial ingressada em junho de 2021 foi estimado pela administração em R\$ 37.709 até 31 de março de 2022 (retroativo aos últimos 5 anos do ingresso da ação pelo Grupo), não contabilizando nestas demonstrações financeiras por representar ainda um ativo contingente de acordo com as normas contábeis vigentes.

A. Gestão de risco financeiro: 4.1 **Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo o expõe a diversos riscos, sobretudo: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. Conforme o detalhamento a seguir, o Grupo adota uma postura de acompanhamento permanente de cada um desses riscos e pode contratar instrumentos financeiros de proteção, desde que orientados por políticas aprovadas pelo Conselho de Administração e sempre com único propósito de proteção contra flutuações de preços ou taxas de juros, não havendo nenhuma intenção de operação de alavancagem, tampouco instrumentos derivativos exóticos. **(a) Risco de mercado:** **(i) Risco de preço:** O Grupo está exposto principalmente a riscos relacionados à variação dos preços do etanol, principal produto da Companhia. Adicionalmente, está exposto a risco de variação dos preços do custo de produção da cana-de-açúcar e de mercado do milho, utilizados pela Companhia e sua controlada, respectivamente, como insumos na produção do etanol. Os principais fatores do risco de preços podem ser descritos nos itens: (i) oscilação de preços do barril de petróleo, que reflete diretamente no preço da gasolina e, consequentemente, nos preços do álcool carburante; (ii) mercado de commodities para alimentação (milho, soja e algodão) e para energia (petróleo, gás natural e gás de petróleo) e de aquisição e de produção das matérias-primas e etanol; (iii) taxa de câmbio, visto que o petróleo e o milho possuem mercado globalizado; (iv) política de preços dos combustíveis no mercado interno e de tributação na sua importação; (v) riscos de preços de energia elétrica e coprodutos do milho. Para proteger-se contra esses riscos de mercado, o Grupo utiliza ferramentas de monitoramento, sendo que podem ser firmados contratos para a aquisição da matéria-prima milho a preço fixo, bem como contratados instrumentos derivativos de commodities para as exposições, objetivando mitigar o risco de oscilações de preços de mercado. **(ii) Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos, considerando a possibilidade de perdas decorridas de flutuações nas taxas de juros que diminuem rendimento de aplicações ou aumentem as despesas financeiras. Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um hedge natural entre os saldos. Além disso, a administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilização dessas taxas. Ademais, o Grupo tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros prefixadas e varia a variação da taxa de longo prazo (em TLP ou TLP) para as quais busca ter como referência o Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio próximo ao prazo de vigência das operações. **(iii) Risco de moeda:** Em 31 de março de 2022 o Grupo não possui empréstimos denominados em moeda estrangeira. Cabe destacar que, como política de gestão de riscos, o Grupo apenas contrata esse tipo de financiamento em conjunto com instrumentos derivativos que mitiguem o risco cambial. **(b) Risco de crédito:** Para minimizar os impactos com o risco de crédito ligado a instituições financeiras, o Grupo tem como política operar com instituições financeiras que apresentem maior solidez (instituições de primeira linha). Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionais aos saldos de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições. Quanto à venda de produtos acabados, a exposição do Grupo ao risco se dá somente por virtualmente zero, o que ocorre devido ao volume de vendas e ao prazo de entrega aproximadamente 72% da produção, considerando o montante acumulado até abril e março da safra 2021/2022 (58% no mesmo período da safra 2020/2021), da sua produção por meio de contratos de fornecimento de médio e longo prazo. O Grupo monitora constantemente a situação financeira desses clientes, mas considera que possuem baixo risco de crédito. Para os demais clientes, o Grupo procura trabalhar com recebimentos antecipados, ocorrendo estes casos principalmente no período de entressafra. No caso de clientes do mercado de nutrição animal, foram criados mecanismos de administração do risco de crédito de compradores de DDGs, por meio de normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, com base em análise criteriosa e técnicas de balanced scorecard. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração do Grupo. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração do Grupo não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. **(c) Risco de liquidez:** Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, e, portanto, incluem encargos financeiros futuros, sendo assim, divergem dos valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos e arrendamentos e parcerias a pagar.

	Controladora 2022				
	Valor contábil	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Arrendamentos a pagar	145.327	36.754	37.030	78.924	64.524
Parcerias agrícolas a pagar	451.349	109.040	103.809	252.503	178.502
Fornecedores	84.542	84.542	–	–	–
Empréstimos e financiamentos *	694.585	211.187	233.917	361.251	95.853
Juros sobre o capital próprio a pagar	23.335	23.335	–	–	–
Outros passivos	1.407.687	473.407	374.756	692.678	338.879
	Controladora 2021				
	Valor contábil	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Arrendamentos a pagar	86.898	24.580	24.211	56.136	9.253
Parcerias agrícolas a pagar	338.448	79.616	74.931	187.898	150.225
Fornecedores	91.147	91.147	–	–	–
Empréstimos e financiamentos *	744.375	120.717	164.040	544.324	88.655
Juros sobre o capital próprio a pagar	17.462	17.462	–	–	–
Dividendos a pagar	26.819	26.819	–	–	–
Outros passivos	1.083	10.883	–	–	–
	Consolidado 2022				
	Valor contábil	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Arrendamentos a pagar	149.829	37.432	37.702	80.939	70.402
Parcerias agrícolas a pagar	454.723	109.879	104.475	254.502	184.537
Fornecedores	111.109	111.109	–	–	–
Empréstimos e financiamentos *	1.761.994	419.551	389.951	1.432.829	163.924
Juros sobre o capital próprio a pagar	23.335	23.335	–	–	–
Dividendos a pagar	10.883	10.883	–	–	–
Outros passivos	2.511.423	712.189	532.128	1.768.270	418.863
	Consolidado 2021				
	Valor contábil	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Arrendamentos a pagar	86.898	24.580	24.211	56.136	9.253
Parcerias agrícolas a pagar	338.448	79.616	74.931	187.898	150.225
Fornecedores	107.747	107.747	–	–	–
Empréstimos e financiamentos *	1.418.738	350.155	307.185	946.837	88.655
Juros sobre o capital próprio a pagar	17.462	17.462	–	–	–
Dividendos a pagar	26.819	26.819	–	–	–
Outros passivos	12.385	12.385	–	–	–
	Consolidado 2021				
	Valor contábil	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Arrendamentos a pagar	149.829	37.432	37.702	80.939	70.402
Parcerias agrícolas a pagar	454.723	109.879	104.475	254.502	184.537
Fornecedores	111.109	111.109	–	–	–
Empréstimos e financiamentos *	1.761.994	419.551	389.951	1.432.829	163.924
Juros sobre o capital próprio a pagar	23.335	23.335	–	–	–
Dividendos a pagar	10.883	10.883	–	–	–
Outros passivos	2.511.423	712.189	532.128	1.768.270	418.863
	Consolidado 2021				

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos. **(d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentares e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para buscar a eficácia de custos e evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo, sendo que listados abaixo estão os principais fatores que podem causar impactos nas operações da safra atual ou em safra futuras: (i) riscos climáticos ou relacionados a doenças e pragas; (ii) riscos de novas tecnologias no setor automotivo (ex: energia elétrica); (iii) risco de arrendadores de terras não renovarem contratos para a produção de cana-de-açúcar e passarem a explorar outras commodities (como soja ou milho); (iv) alterações em políticas e regulamentações governamentais que afetem o setor agrícola ou o setor de combustíveis; (v) paralização das operações por determinado período, por exemplo em decorrência de sinistro industrial ou por perda de licenças. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento de exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. A existência de sistemas de informação integrados e íntegros após a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **(e) Análise de sensibilidade:** Com base nos mecanismos de mitigação e exposições previstas anteriormente, o Grupo entende que os operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos (MIS) e opções exercidas não representam risco suficiente para justificar a elaboração de cenários de risco previsto pelo IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação de Riscos e Sensibilidade. Em relação aos demais riscos analisados, destaca-se abaixo um exercício sobre o impacto de aumento na taxa de juros.

	Controladora 2022				
	Valor contábil	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Arrendamentos a pagar	149.829	37.432	37.702	80.939	70.402
Parcerias agrícolas a pagar	454.723	109.879	104.475	254.502	184.537
Fornecedores	111.109	111.109	–	–	–
Empréstimos e financiamentos *	1.761.994	419.551	389.951	1.432.829	163.924
Juros sobre o capital próprio a pagar	23.335	23.335	–	–	–
Dividendos a pagar	10.883	10.883	–	–	–
Outros passivos	2.511.423	712.189	532.128	1.768.270	418.863
	Consolidado 2021				
	Valor contábil	menos de 1 ano	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Arrendamentos a pagar	86.898	24.580	24.211	56.136	9.253
Parcerias agrícolas a pagar	338.448	79.616	74.931	187.898	150.225
Fornecedores	107.747	107.747	–	–	–
Empréstimos e financiamentos *	1.418.738	350.155	307.185	946.837	88.655
Juros sobre o capital próprio a pagar	17.462	17.462	–	–	–
Dividendos a pagar	26.819	26.819	–	–	–
Outros passivos	12.385	12.385	–	–	–
	Consolidado 2021				

* Inclui debêntures e instrumentos financeiros derivativos. **(f) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentares e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo do Grupo é administrar o risco operacional para buscar a eficácia de custos e evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação do Grupo, sendo que listados abaixo estão os principais fatores que podem causar impactos nas operações da safra atual ou em safra futuras: (i) riscos climáticos ou relacionados a doenças e pragas; (ii) riscos de novas tecnologias no setor automotivo (ex: energia elétrica); (iii) risco de arrendadores de terras não renovarem contratos para a produção de cana-de-açúcar e passarem a explorar outras commodities (como soja ou milho); (iv) alterações em políticas e regulamentações governamentais que afetem o setor agrícola ou o setor de combustíveis; (v) paralização das operações por determinado período, por exemplo em decorrência de sinistro industrial ou por perda de licenças. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais do Grupo para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: • exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • exigências para a reconciliação e monitoramento de operações; • cumprimento de exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • desenvolvimento de planos de contingência; • treinamento e desenvolvimento profissional; • padrões éticos e comerciais; e • mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. A existência de sistemas de informação integrados e íntegros após a administração na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **(g) Análise de sensibilidade:** Com base nos mecanismos de mitigação e exposições previstas anteriormente, o Grupo entende que os operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos (MIS) e opções exercidas não representam risco suficiente para justificar a elaboração de cenários de risco previsto pelo IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação de Riscos e Sensibilidade. Em relação aos demais riscos analisados, destaca-se abaixo um exercício sobre o impacto de aumento na taxa de juros.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

	31 de março de 2022					Consolidado				
Fator de risco	-50%	-25%	Provável	25%	50%	-50%	-25%	Provável	25%	50%
CDI médio próximos 12 meses		6,21%	9,32%	12,42%	15,53%	18,63%				
Total dos empréstimos e financiamentos * Caixa e equivalentes de caixa	1.761.994	1.848.383	1.891.578	1.934.773	1.977.967	2.021.162				
Aplicações financeiras	(1.144.378)	(1.233.680)	(1.269.713)	(1.305.747)	(1.341.781)	(1.377.815)				
Divida líquida	609.670	606.137	613.047	619.958	626.868	633.779				
Efeito no resultado e patrimônio líquido		(3.533)	3.377	10.288	17.198	24.109				

	31 de março de 2021					Consolidado				
Fator de risco	-50%	-25%	Provável	25%	50%	-50%	-25%	Provável	25%	50%
CDI médio próximos 12 meses		1,94%	2,90%	3,87%	4,84%	5,81%				
Total dos empréstimos e financiamentos * Caixa e equivalentes de caixa	1.418.738	1.438.958	1.449.068	1.459.177	1.469.287	1.479.397				
Aplicações financeiras	(872.251)	(887.191)	(895.753)	(903.955)	(912.337)	(920.720)				
Divida líquida	535.895	540.939	542.618	544.243	545.869	547.944				

	Controladora 2022				Consolidado 2022			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Total dos empréstimos e financiamentos * Menos: caixa e equivalentes de caixa	694.585	744.375	1.761.994	1.418.738	(344.370)	(400.284)	(1.144.378)	(872.251)
Menos: aplicações financeiras	(7.946)	(10.592)	(7.946)	(10.592)	342.269	333.499	609.670	535.895
Divida líquida	1.128.168	905.601	1.128.168	905.601	1.128.168	905.601	1.128.168	905.601
Total do patrimônio líquido	1.470.437	1.239.100	1.470.437	1.239.100	1.470.437	1.239.100	1.470.437	1.239.100
Índice de alavancagem financeira	23,28%	26,91%	23,28%	26,91%	23,28%	26,91%	23,28%	26,91%

	Controladora 2022				Consolidado 2022			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Caixa	111	98	156	111	111	98	156	111
Depósitos bancários	315	4.169	1.067	4.280	315	4.169	1.067	4.280
Aplicações financeiras:								
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	343.926	395.984	1.143.124	867.757	343.926	395.984	1.143.124	867.757
Aplicações automáticas/Operações compromissadas	18	33	31	103	18	33	31	103
Total	344.370	400.284	1.144.378	872.251	344.370	400.284	1.144.378	872.251

	Controladora 2022				Consolidado 2022			
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Contas a receber de clientes - terceiros	26.641	9.500	90.288	56.313	26.641	9.500	90.288	56.313
Contas a receber de clientes - controlada	6.774	10.622	–	–	6.774	10.622	–	–
Total	33.415	20.122	90.288	56.313	33.415	20.122	90.288	56.313

	Controladora 2022				Consolidado 2022			
	2022	2021	2022	202				

← continuação Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 da Cerradinho Bioenergia S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado			Reconhecido no resultado		2021	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021		2022	2021		
Produtos químicos	2.635	2.037	5.684	5.795								
Milho (d)	-	-	154.784	77.951								
Caçavo	11.701	1.335	11.701	1.335								
Outros	6.553	4.977	7.628	5.292								
Provisão para obsolescência	(356)	(376)	(356)	(376)								
	96.424	62.912	269.968	164.657								
(a) Os estoques de etanol consolidado em 31 de março 2022 eram de 7,6 mil m3 (2021: 20 mil m3), de 14,4 mil m3 de 2022 a Companhia possuía estoque de 142,4 mil m3 (2021: 84,8 mil) CBIOS emitidos e não comercializados. Na safra 2021/2022 foram emitidos 568,7 mil (safra 2020/2021: 663,3 mil) CBIOS (Créditos de Descarbonização), tendo a emissão desses certificados sido iniciada no segundo trimestre da safra 2020/21. (c) O aumento dos saldos apresentados no comparativo de insumos agrícolas deve-se ao aumento no preço dos fertilizantes, adicionado ao risco no fornecimento, conforme descrito na nota 1.5, que levou a administração do Grupo adotar a estratégia de manter estoque de três meses de consumo, para fertilizantes e corretivos. (d) Refere-se a mil toneladas em armazéns próprios e de terceiros. O aumento dos saldos apresentados no comparativo deve-se a estratégia do Grupo de compra antecipada de sua matéria-prima, para fixação do preço do milho, razão pela qual em determinados períodos o estoque apresenta-se mais alto, sendo o mesmo consumido na produção em períodos subsequentes. Os estoques de milho em 31 de março de 2022 eram de 125,7 mil toneladas (2021: 119,4 mil toneladas).												
(b) Os estoques de etanol consolidado em 31 de março de 2022, a Controlada contratou um montante de termo de moedas com marcação a mercado em R\$ 4.858 (2021 perdas de R\$ 22), referente a NDFs de Dólar contratadas para hedge de compra de equipamentos e serviços importados. Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía contratos para swap de taxa de juros com marcação a mercado no montante de R\$ 36.220 (2021 - R\$ 11.046) e sua Controlada no montante de R\$ 26.859 (2021 - R\$ 1.129) no ativo. Estes contratos possuem ponta ativa em IPCA, CDI ou taxa prefixada e ponta passiva em CDI ou taxa prefixada, conforme estratégia adotada no momento da operação, e podem ser marcados como ativos ou passivos dependendo do comportamento relativo de cada um dos indexadores. Em 31 de março de 2022 e 2021, a composição dos valores justos em aberto de operações com derivativos é conforme a seguir:												
	Controladora		Consolidado			Reconhecido no resultado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021		2022	2021	2022	2021
Ativo												
nível 1	Contratos a termo de moeda - Dólar	-	-	-	22							
nível 2	Contratos de Swap - Juros e/ou Câmbio	36.220	11.046	63.079	12.175							
		36.220	11.046	63.079	12.197							
	Circulante	(2.743)	-	(3.276)	(28)							
	Não circulante	33.477	11.046	59.803	12.169							
Passivo												
nível 1	Contratos a termo de moeda - Etanol	-	2.205	-	2.205							
nível 1	Contratos a termo de moeda - Dólar/Euro	-	-	4.858	-							
nível 2	Contratos de Swap - Juros e/ou Câmbio	-	2.224	-	2.224							
		-	4.429	-	4.429							
		-	(4.429)	-	(4.429)							
	Circulante	-	-	-	-							
	Não circulante	-	-	-	-							

10. **Arendamentos a receber:** Conforme descrito na Nota 2.8, o contrato de arrendamento para o qual os direitos de uso foram substancialmente transferidos para um terceiro, através de um contrato de subarrendamento, foi registrado como arrendamento a receber, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. As condições contratuais previstas no contrato de arrendamento onde a Companhia figura como arrendatária foram mantidas para o contrato de subarrendamento em que figura como arrendadora intermediária. Trata-se de uma área de 4.301,15 hectares, com preço fixo por hectare corrigido mensalmente pelo IGPM e pagos semestralmente, e prazo de vigência até janeiro de 2026. O fluxo de pagamentos e recebimentos foram descontados por meio de taxa de empréstimo incremental de 11,25% a.a. Segue abaixo a movimentação nos exercícios findos em 31 de março de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de março de 2020	39.868	-	29.560	-					
Remensurações	8.042	(10.308)	8.042	(10.308)					
Recebimentos	(7.807)	-	(7.807)	-					
Atualização financeira	-	3.534	-	3.534					
Saldo em 31 de março de 2021	40.103	(6.774)	33.329	(3.270)					
Remensurações	5.120	-	5.120	-					
Recebimentos	(9.667)	-	(9.667)	-					
Atualização financeira	-	3.737	-	3.737					
Saldo em 31 de março de 2022	35.556	(3.037)	32.519	(3.037)					
Circulante	-	-	-	-					
Não circulante	-	-	-	-					

Abaixo, demonstramos os montantes que o Grupo espera receber por faixas de período de recebimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação a data contratual. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, e, portanto, incluem, encargos financeiros futuros a receber, sendo assim, divergem dos valores divulgados no balanço patrimonial:

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Valor contábil	32.519	33.329	32.519	33.329					
menos de 1 ano	10.076	8.678	10.076	8.678					
entre 1 e 2 anos	10.076	8.678	10.076	8.678					
entre 2 e 5 anos	20.153	26.033	20.153	26.033					
11. Ativos biológicos: Os ativos biológicos compreendem, substancialmente, o cultivo de cana-de-açúcar pela Companhia para a obtenção de matéria-prima para a produção de etanol, e em menor volume a lavoura de milho como cultura de rotação. Em 31 de março de 2022, a Companhia possui 41,3 mil hectares (2021 - 40,8 mil hectares) de cana em pé (ativo biológico). A planta portadora da cana em pé está classificada, ao custo deduzido de depreciação, no ativo imobilizado. O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo incorrido na formação da cana em pé e do diferencial do custo incorrido para o valor justo sobre esta cana em pé. A avaliação do ativo biológico cana-de-açúcar por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de cana-de-açúcar, taxa de desconto, ATR, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. O ativo biológico milho, no valor de R\$ 112 (2021 - R\$ 3.452), está registrado a valor de custo devido não haver variação significativa em relação aos seus respectivos valores justos, face ao curto período de seu ciclo de produção. 11.1 Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo - cana-de-açúcar: Uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos, o valor justo da cana em pé foi determinado utilizando-se uma metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as seguintes principais premissas, que são descontadas a valor presente por uma taxa de desconto: • Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da: (i) área plantada com cana-de-açúcar; (ii) produtividade estimada dos canaviais, medida em toneladas de cana por hectare (TCH); (iii) quantidade de ATR - por tonelada de cana-de-açúcar, medida em quilos de ATR, e do (iv) preços futuros estimados do ATR, o qual é estimado com base em estimativas de preços futuros do etanol; e • Saídas de caixa representadas pelas estimativas de: (i) custos necessários para manutenção do canavial (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos correspondentes ao corte, transbordo e transporte (CTT) da cana-de-açúcar; (iii) custos de capital (ex: custo de arrendamento/parceria agrícola e de máquinas e equipamentos); (iv) custo de oportunidade dos ativos contribuintes; (ex: planta portadora) e (v) taxa de desconto (WACC "Weighted Average Capital Cost"); Segue abaixo as principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:									
Controladora e consolidado	2022	2021	2022	2021					
Área total estimada de colheita (há)	41.315,17	40.772,48	41.315,17	40.772,48					
Produtividade prevista (t/há)	91,49	90,83	91,49	90,83					
Quantidade de ATR por tonelada de cana-de-açúcar (kg/t)	129,51	128,89	129,51	128,89					
Preço médio projetado de ATR (R\$/t)	1,15	0,88	1,15	0,88					
Taxa de desconto (em termos reais após impostos) (%)	7,08%	5,89%	7,08%	5,89%					
Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a rubrica "Variação no valor justo de ativo biológico" no resultado do exercício. O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das demonstrações financeiras. O resultado apurado para o valor justo dos ativos biológicos da Companhia pode ser, substancialmente, diferente do resultado real a ser obtido caso algumas dessas premissas não se confirmem, o cálculo é revisado trimestralmente e, se necessário, ajustado. 11.2 A movimentação do saldo dos ativos biológicos é conforme segue:									
Controladora e consolidado	2022	2021	2022	2021					
Custo histórico - cana em pé	166.481	150.082	166.481	150.082					
Custo histórico - milho	3.452	248	3.452	248					
Valor justo	37.432	37.432	37.432	37.432					
Saldo inicial de ativos biológicos	207.365	156.122	207.365	156.122					
Movimentação:									
Mudança no valor justo menos custos estimados de venda	14.342	31.640	14.342	31.640					
Acréscimo relativo aos tratos culturais	135.199	126.738	135.199	126.738					
Acréscimo relativo a formação de lavoura de milho	112	3.453	112	3.453					
Amortização	(126.499)	(110.589)	(126.499)	(110.589)					
	230.519	207.365	230.519	207.365					
Composto por:									
Custo histórico - cana em pé	178.633	166.480	178.633	166.480					
Custo histórico - milho	112	3.453	112	3.453					
Valor justo	51.774	37.432	51.774	37.432					
Saldo final de ativos biológicos	230.519	207.365	230.519	207.365					
O acréscimo do valor justo em 31 de março de 2022 foi ocasionado pelos seguintes principais fatores: (i) aumento da área plantada a ser colhida; (ii) aumento do preço médio projetado de ATR, em função de paridade de preços do etanol e da gasolina, com constante aumento dos preços da gasolina; (iii) aumento na produtividade agrícola (TCH); e (iv) aumento previsto de ATR por tonelada de cana, conforme verificado no quadro da Nota 11.1. As plantações da Companhia estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios acidentais e criminosos e outras forças da natureza. Existem processos voltados ao monitoramento e mitigação desses riscos, incluindo controle de pragas à cultura no campo, conforme mencionado na Nota 4.1 (d). Não há nenhum tipo de seguro contratado que cubra esses riscos. Análise de sensibilidade do valor justo da cana-de-açúcar: A Companhia avaliou o impacto sobre o valor justo dos ativos biológicos em 31 de março de 2022, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permaneceram inalteradas. Segue análise de sensibilidade considerando três cenários de variação para mais ou para menos.									
Variações	Controladora e consolidado		Controladora e consolidado			Controladora e consolidado		Controladora e consolidado	
	Und	2,50%	5,00%	7,50%		Und	2,50%	5,00%	7,50%
Preço	mil R\$	11.391	22.778	34.161		mil R\$	11.391	22.778	34.161
Volume	mil R\$	6.948	13.894	20.839		mil R\$	6.948	13.894	20.839

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de março de 2020	27.912	355.950	27.912	355.950					
Adições	-	-	-	-					
Remensurações	7.462	39.064	7.462	39.064					
Depreciação	(4.826)	(64.785)	(4.826)	(64.785)					
Saldo em 31 de março de 2021	30.548	330.229	30.548	330.229					
Adições - Notas 18. (a) e 18. (b)	42.050	-	42.050	-					
Baixas	-	(4.611)	-	(4.611)					
Remensurações	25.609	150.465	25.609	150.465					
Depreciação	(8.644)	(64.013)	(8.644)	(64.013)					
Saldo em 31 de março de 2022	89.563	424.540	89.563	424.540					
Custo total	106.793	603.620	106.793	603.620					
Depreciação acumulada	(17.230)	(179.080)	(17.230)	(179.080)					
Valor residual	89.563	424.540	89.563	424.540					

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de março de 2020	15.109	16.426	15.109	16.426					
Fornecedores de cana-de-açúcar (i)	68.944	74.333	95.033	90.631					
Fornecedores diversos (ii)	489	388	967	690					
Fornecedores - partes relacionadas - nota 7 (b)	84.542	91.147	111.109	107.747					
(i) Valores a pagar a fornecedores de cana-de-açúcar referente a cana-de-açúcar entregue e ainda não paga, bem como o eventual complemento de preços calculados com base no preço final da safra, conforme índice do ATR divulgado pelo CONSECANA. (ii) O saldo de fornecedores diversos refere-se a compra de materiais, insumos, serviços e equipamentos. Os valores reconhecidos como fornecedores ao custo amortizado, se aproximam de seu valor justo. 18. Arendamentos e parcerias agrícolas a pagar: Para os contratos que o Grupo reconhecera direito de uso, descritos na Nota 16, foi reconhecido como contrapartida um passivo de arrendamento através do fluxo de caixa descontado das contraprestações futuras, conforme descrito no item (c) dessa nota. Segue a movimentação dos arrendamentos e parcerias agrícolas a pagar:									
(a) Arrendamentos a pagar:	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Compro-missos de arrendamentos operacionais	15.109	16.426	15.109	16.426		15.109	16.426	15.109	16.426
Ajuste a valor presente de arrendamentos operacionais	(4.826)	(64.785)	(4.826)	(64.785)		(4.826)	(64.785)	(4.826)	(64.785)
Passivo de arrendamento	10.283	51.641	10.283	51.641		10.283	51.641	10.283	51.641
Compro-missos de arrendamentos operacionais	15.109	16.426	15.109	16.426		15.109	16.426	15.109	16.426
Ajuste a valor presente de arrendamentos operacionais	(4.826)	(64.785)	(4.826)	(64.785)		(4.826)	(64.785)	(4.826)	(64.785)
Passivo de arrendamento	10.283	51.641	10.283	51.641		10.283	51.641	10.283	51.641

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Saldo em 31 de março de 2020	87.594	(17.497)	70.097	87.594					
Adições	12.459	-	12.459	12.459					
Remensurações	15.504	-	15.504	15.504					
Pagamentos	(20.198)	-	(20.198)	(20.198)					
Apropriação encargos financeiros	-	9.036	-						

← continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2022 de Cerradinho Bioenergia S.A. - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	de 1º/04/2021 a 31/03/2022	de 1º/04/2022 a 31/03/2023	de 1º/04/2023 a 31/03/2024	de 1º/04/2024 a 31/03/2025	de 1º/04/2025 a 31/03/2026	de 1º/04/2026 a 31/03/2027	de 1º/04/2027 a 31/03/2028	de 1º/04/2028 a 31/03/2029	Total
Consolidado									
Arrendamentos a receber									
CPC 06 (R2)	32.519	25.640	179.865	9.472	-	-	-	-	-
Ofício CVM	35.245	28.396	203.433	10.935	-	-	-	-	-
Variação %	8,38	10,75	13,10	15,45	N/A	N/A	N/A	N/A	-
Direito de uso									
CPC 06 (R2)	534.626	429.743	338.428	255.240	182.638	129.120	14.470	-	-
Ofício CVM	587.630	476.538	378.975	289.351	210.356	151.006	19.684	-	-
Variação %	9,91	10,89	11,98	13,36	15,18	16,95	36,03	N/A	-
Arrendamentos a pagar									
CPC 06 (R2)	149.829	127.774	102.978	79.468	55.548	45.778	19.650	-	-
Ofício CVM	171.350	151.042	126.818	102.430	76.154	65.420	33.166	-	-
Variação %	14,36	18,21	23,15	28,89	37,10	42,91	68,78	N/A	-
Parcerias agrícolas a pagar									
CPC 06 (R2)	454.273	389.742	324.035	256.921	193.261	144.877	18.904	-	-
Ofício CVM	519.455	459.535	394.248	323.239	252.113	195.497	30.217	-	-
Variação %	14,35	17,91	21,67	25,81	30,45	34,94	59,84	N/A	-
Despesa com depreciação									
CPC 06 (R2)	(80.060)	(104.882)	(91.314)	(83.188)	(72.602)	(53.518)	(114.649)	(14.470)	(614.683)
Ofício CVM	(84.292)	(111.091)	(97.563)	(89.624)	(78.993)	(59.350)	(131.323)	(19.684)	(671.920)
Variação %	5,29	5,92	6,84	7,74	8,80	10,90	14,54	36,03	9,31
Resultado financeiro									
CPC 06 (R2)	(45.502)	(57.521)	(49.251)	(40.615)	(31.839)	(24.463)	(54.240)	(10.045)	(313.476)
Ofício CVM	(50.230)	(67.001)	(59.209)	(50.521)	(41.097)	(32.792)	(79.661)	(17.755)	(398.266)
Variação %	10,39	16,48	20,22	24,39	29,08	34,05	46,87	76,75	27,05

19. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Indexador	Série	Classe	Remuneração		Vencimento	Periodicidade	Garantias	Controladora		Consolidado	
				% (a.a)	final				2022	2021	2022	2021
Em moeda nacional:												
FINEM	PRÉ/SELIC/TJLP/TLT	3,31 a 7,00	mar/32	Hipoteca + Prop. Fiduc. + Aplc. Financ. + Aval da CParticipações	46,943	59,894	46,943	59,894	-	-	-	-
FINAME	PRÉ	5,80	dez/23	Alienação fiduc. + Cessão de créditos + Aval da CParticipações	-	-	5.181	7.772	-	-	-	-
FINAME	PRÉ	9,50 a 10,50	dez/25	Alienação fiduciária	3.384	4.352	3.384	4.352	-	-	-	-
FINEP	PRÉ	7,00	abr/25	Cessão de créditos + Aplc. Financ. + Aval da CParticipações	-	-	-	-	-	-	-	-
OCB - cédula de crédito bancário	CDI	1,70 a 1,75	mar/27	Aval CBOenergia	-	-	-	-	-	-	-	-
OCB - cédula de crédito rural financeira (i)	CDI	1,50	mar/28	Aval CBOenergia	-	-	-	-	-	-	-	-
OCB - cédula de crédito rural financeira (ii)	CDI	2,50	set/24	Aval CBOenergia	-	-	-	-	-	-	-	-
									248.660	277.477	931.986	496.342
									(55.013)	(62.816)	(66.015)	(185.014)
									193.647	214.661	865.971	311.328

(i) Referem-se a captações obtidas para compra de milho, financiamento dos custos de produção para transformar milho em etanol e custeio das atividades operacionais; (ii) Essa modalidade prevê garantias mistas que podem ser compostas por estoque de milho e/ou etanol e/ou aplicações financeiras. Em 31 de março de 2022, havia aproximadamente o montante de R\$ 132.000 de estoque de etanol e milho cedidos em garantia (2021 - R\$125.000). Os saldos de empréstimos e financiamentos no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
de 1º/04/2022 a 31/03/2023	-	48.173
de 1º/04/2023 a 31/03/2024	47.387	46.545
de 1º/04/2024 a 31/03/2025	42.642	41.228
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	26.897	24.718
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	16.107	13.889
Abril de 2027 em diante	60.614	40.108
	193.647	214.661

A movimentação dos empréstimos, no exercício, está apresentada na Nota 29. **Covenants financeiros:** Alguns contratos de empréstimos e financiamentos do Grupo possuem cláusulas com covenants financeiros, tais como: Índice de Alavancagem (razão entre Dívida Líquida e EBITDA) e razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido. Em 31 de março de 2022 e 2021, todos os requisitos encontram-se integralmente atendidos.

20. Debêntures: A Controladora emitiu em 15 de março de 2021, debêntures simples no montante total de R\$ 253.636, de série única (3ª Emissão). Sobre o saldo devedor de valor nominal de cada debênture incidirá juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada do IPCA, acrescida de sobretaxa de 5,0097% ao ano, base de 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias úteis, decorridos em cada período de capitalização, tendo como garantia adicional fidejussória. No momento da contratação, foi realizado um swap de taxa de IPCA para CDI. Para safra 2021/2022 não houve novas emissões de debêntures.

Modalidade	Série	Classe	Indexador	Remuneração	Vencimento	Periodicidade	Garantias	Controladora		Consolidado		
								2022	2021	2022	2021	
Em moeda nacional:												
Debêntures (i)	Única	Simples, não conversíveis em ações	CDI	1,00	mai/19	mai/24	Semestral, após carência de 36 meses	Cessão de créditos	213.207	207.355	213.207	207.355
									213.207	207.355	213.207	207.355
Debêntures (ii)	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	5,0097	mar/21	mar/26	Única, no vencimento Anual, após carência de 12 meses	Aval CBOenergia	-	-	271.501	245.038
									-	-	271.501	245.038
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	CDI	1,80	set/18	set/23	12 meses Semestral, após carência de 48 meses	Cessão de créditos + Aval da CParticipações	39.913	59.509	39.913	59.509
									39.913	59.509	39.913	59.509
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	IPCA	4,15	mar/20	mar/27	48 meses Trimestral, após carência de 24 meses	Hipoteca + Prop. Fiduc. + Cessão de créditos + Aval CBOenergia	-	-	80.479	132.470
									-	-	80.479	132.470
Debêntures	Única	Simples, não conversíveis em ações	CDI	2,20	jun/18	jun/23	Mensal, após carência de 15 meses	Hipoteca + Prop. Fiduc. + Cessão de créditos + Aval CBOenergia	-	-	54.104	79.141
									-	-	54.104	79.141
									482.145	473.515	888.229	930.164
									(110.828)	(22.679)	(219.266)	(100.588)
									371.317	450.836	668.963	829.576

(i) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (25ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Vert Companhia Securitizadora). (ii) Debêntures utilizadas como lastro em operação de securitização (32ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ISEC Securitizadora). Os saldos de debêntures no passivo não circulante, em 31 de março, têm a seguinte composição de vencimento:

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
de 1º/04/2022 a 31/03/2023	-	108.886
de 1º/04/2023 a 31/03/2024	141.134	131.770
de 1º/04/2024 a 31/03/2025	105.626	98.103
de 1º/04/2025 a 31/03/2026	63.487	57.230
de 1º/04/2026 a 31/03/2027	61.070	55.047
	371.317	450.836

A movimentação das debêntures, no exercício, está apresentada na Nota 29. **Covenants financeiros:** Os contratos de debêntures do Grupo possuem cláusulas com covenants financeiros, tais como: Índice de Alavancagem (razão entre Dívida Líquida e EBITDA), razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido e razão entre EBITDA e Despesa Financeira e razão entre Ativo Circulante e Passivo Circulante. Em 31 de março de 2022 e 2021, todos os requisitos encontram-se integralmente atendidos. **Valor justo dos empréstimos e financiamentos e debêntures:** Em 31 de março de 2022 e de 2021, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos e debêntures do Grupo se aproximam do valor justo, no nível 2 da hierarquia. A administração avaliou e concluiu que as dívidas pós-fixadas continuam representando a taxa média de captação do Grupo, e para as dívidas prefixadas calculou o valor justo corrigindo as parcelas futuras pelas taxas contratadas até seu vencimento, e trouxe a valor presente pela curva futura do CDI acrescido de um spread de 2,0% a.a. em cada data-base.

21. Tributos a recolher - Passivo não circulante: A administração do Grupo, baseada em pareceres de seus consultores jurídicos, ingressou e obteve mandados de segurança nos quais discute, basicamente: (a) suspensão da exigibilidade da inclusão do ICMS, do PIS e do COFINS na base de cálculo da contribuição previdenciária devida pela agroindústria, para o qual já obteve decisão favorável em 1ª instância; (b) suspensão da exigibilidade do diferido de alíquotas nas contas de fornecedores localizados em outra unidade federativa; e (c) suspensão da exigibilidade da tributação do IRPJ e CSLL, sobre a parcela da inflação embutida nos rendimentos de aplicações financeiras. Amparado pelos referidos mandados de segurança, parcela dos referidos tributos em questionamento não vem sendo recolhida e estão sendo atualizadas segundo as mesmas regras aplicáveis para tributos em atraso, estando apresentado no passivo não-circulante, levando-se em consideração que a administração prevê que seu julgamento final não deverá ocorrer em prazo inferior a 12 meses, sendo também possível, em eventual desfecho desfavorável do processo, ser objeto de pedido de parcelamento. A variação no período refere-se a parcela não recolhida dos referidos tributos de competência do período e atualização das parcelas de competência deste e de períodos anteriores. Tais saldos foram reclassificados de passivos contingentes para tributos a recolher, para melhor a apresentação dos saldos, segundo a sua natureza.

22. Provisão para contingências: O Grupo é parte em processos trabalhistas, tributários e cíveis e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes de processos tributários, cíveis e administrativos são estimadas, registradas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de consultores legais externos para as causas classificadas como de risco de perda provável. As provisões para eventuais perdas de processos trabalhistas são registradas para todas as causas nas quais o Grupo é parte, independentemente da sua classificação de risco de perda, sendo a estimativa apurada levando-se em consideração a esfera na qual se encontra o processo e o histórico dos pagamentos efetuados nos últimos doze meses para os processos liquidados na mesma esfera (% apurado do valor pago sobre o valor da causa).

(a) Perdas prováveis: As provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2022	2021	2022
Trabalhistas (i)	33.756	6.191	(284)	(16.966)
Tributária	171	-	-	171
Administrativo	-	8	-	8
Cível	40	40	(40)	40
	33.967	6.239	(324)	(16.966)
Consolidado				
Trabalhistas (i)	44.215	8.800	(1.110)	(18.149)
Dividária	40	171	-	171
Cível	44.255	8.971	(1.110)	(18.149)
	44.248	7.642	(1.255)	(17.928)
Consolidado				
Trabalhistas (i)	42.940	7.585	(486)	(17.928)
Tributária	171	-	-	171
Administrativo	1.097	17	(729)	385
Cível	40	40	(40)	40
	44.248	7.642	(1.255)	(17.928)

(i) As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (a) diferenças de horas extras; (b) supressão do intervalo intrajornada; (c) diferença de adicional noturno; (e) adicionais de periculosidade e insalubridade; (f) reflexos; (ii) A Controladora estourou provisões para contingências ambientais no montante de R\$ 7.287, devido alteração nos prognósticos de perda conforme a avaliação da administração, baseada nos consultores jurídicos da Controladora e leva em consideração julgamentos favoráveis de ações similares mais recentes e da própria Controladora nas Câmaras de Meio Ambiente do TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como em varas cíveis em que a Controladora é ré.

(b) Perdas possíveis

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Ambientais	97	134
Cíveis	-	102
Indenizatórias (i)	584	2.142
Outras(ii)	669	1.054
Tributário	-	-
Tributos federais (iii)	-	35.333
Compensação tributos federais (iv)	2.329	2.225
ICMS (v)	31.589	30.893
Total	35.268	36.448

Processos ambientais: Os processos ambientais tratam na sua grande maioria de autos de infração da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais e são decorrentes de incômodo em área de cultivo de cana-de-açúcar. **Processos cíveis:** (i) Ações indenizatórias em geral decorrentes de acidentes de trânsito; e (ii) Os processos tratam de execução fiscal ajudizada pela União Federal para cobrança de débito de IPI, no qual não foi reconhecida pela fiscalização a possibilidade de inclusão desse débito na sistemática de pagamento especial previsto no artigo 3º MP nº 470/2009, por entender não se tratar de débito indevidamente compensado com o crédito-prêmio de IPI e, dessa forma, desconsiderando o pagamento já efetuado pela controladora. (iv) Os processos tratam de pedidos de compensação de IRPJ e CSLL decorrentes de pagamento a maior e/ou saldo negativo, cuja compensação foi indeferida pela Receita Federal do Brasil e estão pendentes de julgamento. (v) Os processos tratam de suposto crédito de ICMS indevido, oriundos do registro de controle de crédito de ICMS do ativo permanente - CIAP, de créditos de ICMS de óleo diesel aplicado em algumas atividades agrícolas.

23. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social da Companhia está dividido em 458.277.128 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **(b) Lucro por ação:** (i) O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia e do Grupo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	Controladora	Consolidado
	2022	2021
Lucro do período atribuível aos acionistas da Companhia	513.615	264.963
Média ponderada do número de ações ordinárias no período - em milhares	458.277	458.277
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	1,12	0,58
(i) O lucro líquido diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia e do Grupo pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas), ajustada pela quantidade média ponderada dos instrumentos com efeitos diluidores. Em 31 de março de 2022 e 2021, como a Companhia não possui nenhum instrumento com efeito diluidor e, consequentemente, o lucro líquido diluído é igual ao lucro líquido básico por ação. (c) Dividendos e remuneração sobre o capital próprio: De acordo com o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculados sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualmente os ajustes consistem na exclusão da reserva legal e da reserva de incentivo (nota 23 (d)), conforme cálculo demonstrado a seguir:		
Lucro líquido do exercício	2022	2021
(-) Reserva legal (5%)	513.615	264.963
(-) Reserva de incentivos fiscais	(25.681)	(13.248)
(=) Base de cálculo	(96.330)	(47.363)
Dividendo em:		
Juros sobre capital próprio, atribuído como dividendo mínimo obrigatório	(27.453)	(20.544)
Dividendo mínimo obrigatório	-	(26.819)
Antecipação de dividendo mínimo obrigatório	(68.877)	-
Antecipação de dividendos adicionais	(41.253)	-
Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de junho e 23 de outubro de 2020, foram deliberadas distribuições de dividendos suplementares, relativo aos lucros apurados em exercícios anteriores, no montante de R\$ 4.889 e R\$ 13.544, respectivamente, totalizando R\$ 18.433. Em Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas em 30 de setembro, 30 de outubro e 30 de novembro de 2020, foram deliberados o pagamento de juros sobre o capital próprio nos montantes de R\$ 10.300,		

R\$ 8.510 e R\$ 1.734, respectivamente, totalizando R\$ 20.544, a serem distribuídos como dividendos mínimos obrigatórios, restando o saldo em 31 de março de 2021 de R\$ 26.819, o qual foi pago em 30 de junho de 2021. Em 16 de maio de 2021, o Conselho de Administração deliberou a distribuição

	Consolidado										2021					
	Empres- tímo financia- mentos	Debên- turas	Instrumentos derivativos (líquidos)	Arrenda- mentos a pagar	Arrenda- mentos a receber	Dividendos e JSCP a pagar	Caixa e equivalentes de caixa	Aplicações financeiras	Total	Etanol	"Cana" Energia	"Milho" Etanol	Outros Não Segmentados	Eliminações	Total	
Saldo em 31 de março de 2020	683.630	692.832	(20.484)	406.634	(29.560)	8.097	(314.581)	(357.967)	1.068.601	6.222	12.442	17.204	29.622	1.458	(10.275)	56.313
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa																
Captações	277.287	333.636	-	-	-	-	-	-	610.923	62.912	-	101.643	102	-	-	164.657
Pagamentos	(494.219)	(111.460)	16.488	(72.989)	-	(26.530)	-	-	(688.710)	207.365	-	-	-	-	-	207.365
Recebimentos	-	-	-	-	7.807	-	-	-	7.807	710.479	145.292	234.419	27.516	-	-	1.117.706
Encargos financeiros pagos	(30.935)	(25.662)	-	(18.579)	-	-	-	-	(75.176)	2.058	-	145	-	-	-	2.203
Variação líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	(557.670)	377.753	-	-	-	-	-	377.753
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa																
Captações	22.131	-	-	-	-	-	-	-	22.131	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	62.714	-	-	62.714	-	-	-	-	-	-	-
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	67.027	(8.042)	-	-	-	58.985	-	-	-	-	-	-	-
Variações monetárias e atualização de índice mensal consecana	38.492	40.818	(3.772)	43.253	(3.534)	-	-	-	114.921	-	-	-	-	-	-	-
Descontos obtidos	(44)	-	-	-	-	-	-	-	(44)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2021	496.342	930.164	(7.768)	425.346	(33.329)	44.281	(872.251)	(10.592)	972.193	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa																
Captações	552.742	-	-	-	-	-	-	-	552.742	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	(141.747)	(94.657)	(25.211)	(110.456)	-	(307.876)	-	-	(679.947)	-	-	-	-	-	-	-
Recebimentos	-	-	-	-	9.667	-	-	-	9.667	-	-	-	-	-	-	-
Encargos financeiros pagos	(47.003)	(55.817)	-	(31.393)	-	-	-	-	(134.213)	-	-	-	-	-	-	-
Variação líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	(272.127)	3.149	-	-	-	-	-	268.978
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa																
Captações	24.151	-	-	-	-	-	-	-	24.151	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de dividendos e JSCP	-	-	-	-	-	286.930	-	-	286.930	-	-	-	-	-	-	-
Adição, baixa e remensuração de passivo de arrendamento	-	-	-	242.053	(5.120)	-	-	-	236.933	-	-	-	-	-	-	-
Variações monetárias e atualização de índice mensal consecana	47.501	108.539	(25.242)	78.552	(3.737)	-	-	-	(503)	205.110	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	931.986	888.229	(58.221)	604.102	(32.519)	23.335	(1.144.378)	(7.946)	1.204.588	-	-	-	-	-	-	-

Os valores das adições aos ativos não circulantes, com exceção dos ativos financeiros, impostos diferidos, são representados pelo ativo imobilizado e ativos de direito de uso, e são os seguintes:

Adições	2022	2021
Cana		
Etanol		
Energia		
Subtotal		
Milho		
Etanol		
Co-produtos de milho		
Subtotal		
Total		

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

31. Benefícios a empregados: 31.1 Benefícios assistenciais: O Grupo prevê a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica, seguro de vida, auxílio farmácia, ticket alimentação/refeição, previdência privada, refeitório e auxílio parcial de bolsa de estudo, enquanto permanecerem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados, de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. A concessão destes benefícios obedece ao regime de competência e a concessão destes cessa ao término do vínculo empregatício. **31.2 Participação dos funcionários:** O Grupo possui programa de participação nos resultados, acordados com os representantes dos funcionários, cujas vigências são de um ano, iniciadas em 1º de abril de cada ano. Esse programa tem por objetivo o incentivo de aprimoramento do trabalho, quer por natureza técnica, quer por relacionamento de pessoal. Em 31 de março de 2022, a rubrica de "Salários e contribuições sociais", no passivo circulante consolidado, inclui o montante de R\$ 16.384 (2021 - R\$ 17.794) referente à participação nos seus resultados. Estes benefícios são provisionados no decorrer do exercício e pagos aos funcionários anualmente.

31.3 Incentivo a longo prazo: O ILP (Incentivo a longo prazo) é um instrumento de remuneração de longo prazo, exercido anualmente e iniciado em 1º de abril de 2015, que visa proteger a remuneração dos executivos do Grupo ao longo dos anos, das variáveis externas do mercado e incentivar a desempenhos superiores, projetando o desenvolvimento do Grupo. Após as apurações das metas financeiras e individuais/setoriais vinculadas ao PPAR (Prêmio de Participação Ativa nos Resultados), é apropriado o percentual da remuneração variável a cada executivo e determinada a parcela que será paga dentro de 4 anos. Em 31 de março de 2022, a rubrica de "Salários e contribuições sociais", no passivo circulante e não circulante consolidado, inclui o montante de R\$ 13.814 (2021 - R\$ 13.087), referente ao incentivo de longo prazo que serão liquidados no decorrer dos próximos quatro anos.

32. Compromissos: Em 31 de março de 2022, o Grupo tinha firmado os seguintes compromissos: **(a) Vendas no mercado interno:** A Companhia possui 63% e a Controlada 65% do volume a ser produzido no exercício de abril de 2022 a março de 2023 (2021: Companhia possuía 50% e a controlada 60%) contratados, com formação de preço CIF (Cost, Insurance and Freight) para entrega na base compradora na cidade de Paulínia (SP), com preço a ser fixado pelo índice ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz semanal, e prêmios já predefinidos. **(b) Venda de energia elétrica:** Conforme contrato celebrado com a empresa Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") há o compromisso de venda de energia elétrica conforme demonstrado abaixo:

	Até um ano	De dois a três anos	Acima de três anos	Preço MWh/ano	Índice correção	Vigência Final	Vigência Final
Energia (MWh)	105.120	210.240	-	R\$ 304,94		IPCA	fev-25
	55.188	110.376	55.188	R\$ 276,13		IPCA	jan-26
	148.920	297.840	1.638.120	R\$ 169,85		IPCA	dez-35
	162.060	324.120	3.079.140	R\$ 278,28		IPCA	dez-43
	46.428	92.856	974.988	R\$ 245,81		IPCA	dez-45
	517.716	1.035.432	5.747.436				

(c) Compra de milho: A Controlada celebra contratos de compra de milho junto aos seus fornecedores, a preços preestabelecidos, para atender a sua produção de etanol. Em 31 de março de 2022, a Companhia possuía contratos de compra de milho a preço fixo, totalizando o volume de 300 mil toneladas (2021: 231 mil toneladas), a serem entregues até o final de 2022. **(d) Projeto expansão (Nota 1.2):** Em 31 de março de 2022, a Controlada possuía: a) compromissos com aquisição de equipamentos e serviços para a ampliação da planta industrial, no valor de R\$ 130.504; b) compromissos com a nova unidade industrial de etanol de milho, no município de Maracaju/MS, totalizam R\$212.413, sendo, i) compromissos com aquisição de (i) biomassa para geração de energia no valor de R\$94.734 (2021 - R\$ 47.356); e equipamentos e serviços no valor de R\$ 117.679.

33. Cobertura de seguros: O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações. As coberturas foram contratadas pela administração para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação e seus consultores de seguros.

Riscos Cobertos	Cobertura máxima(I)
Patrimonial - Cbio	383.200
Compreensivo Empresarial - Cbio	13.635
Veículos, Maquinas e Equipamentos Rodoviários - Cbio	9.000
Responsabilidade Civil Geral - Cbio	10.000
Seguro Garantia - Cbio	164.242
Patrimonial - Neomille	197.700
Veículos - Neomille	2.800
Seguro Garantia - Neomille	2.286

(i) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas.

34. Eventos Subsequentes: Emissão de Certificados de Recebimento do Agronegócio (CRAs): Em fevereiro de 2022 a Controlada anunciou uma oferta de emissão de CRAs, seguindo as diretrizes da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, subscritos pela Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., no montante de R\$ 600.000, com prazo total de 7 anos (6 anos de carência), com aval da Companhia. Após o processo de bookbuilding, realizado no dia 25 de março de 2022, os CRAs foram subscritos em sua integralidade a uma taxa remuneratória de 6,2253% a.a. sobre o valor unitário corrigido pela variação do IPCA. A integralização ocorreu em 18 de abril de 2022. O recurso será destinado às operações, investimentos e necessidades de financiamento relacionados com a produção e industrialização de etanol de milho e componentes de ração animal pela Controlada, nos termos do seu objeto social e no curso ordinário de seus negócios.

Diretoria	
Diretor Presidente Paulo Oliveira Motta Junior	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores Gustavo de Marchi Galvão Oliveira
Diretor Comercial Charles Wagner Zanotti	Diretor de Operações Luiz Augusto Resende Nascimento
Conselho de Administração	
Luciano Sanches Fernandes Andréa Sanches Fernandes	Caio Fernandes Dias João Bosco Silva
Marcos de Barros Lisboa Roberto Rodrigues	
Contadora	
Lisiane Uesono - CT CRC 1SP256905/O-0	

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Cerradinho Bioenergia S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cerradinho Bioenergia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Cerradinho Bioenergia S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cerradinho Bioenergia S.A. e da Cerradinho Bioenergia S.A. e sua controlada em 31 de março de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria do exercício corrente foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e sua controlada não apresentaram modificações significativas em relação ao ano anterior. Nesse contexto, em relação ao ano anterior, mantivemos o PAA relacionado a mensuração do valor justo de ativos biológicos e adicionamos o PAA sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. **Porque é um PAA: Mensuração do valor justo de ativos biológicos - Notas 2.9, 3.1 (a) e 11:** Os ativos biológicos (lavouras de cana-de-açúcar) da Companhia são mensurados ao valor justo menos despesas de venda, calculado com base no fluxo de caixa descontado da safra em formação, uma vez que não existe mercado ativo para estes ativos. A determinação do valor justo destes ativos biológicos é uma estimativa contábil crítica, com premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à: (i) área plantada, (ii) produtividade, (iii) quantidade e preço futuro do ATR (Açúcar Total Recuperável) por tonelada de cana-de-açúcar, (iv) custos de tratamentos culturais, da terra utilizada, dos ativos contributórios e do corte, transbordo e transporte (CTT) e (v) taxa de desconto dos fluxos de caixa. O ajuste a valor justo dos ativos biológicos da Companhia, em 31 de março de 2022, foi estimado em R\$ 51.774 mil (2021 - R\$ 37.432 mil), sendo o impacto no resultado do exercício findo em 31 de março de 2022 de R\$ 14.342 mil (2021 - R\$ 31.640 mil). Adicionalmente, conforme Notas 1.4 e 1.5, em função da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) e do conflito entre Rússia e Ucrânia, as incertezas relacionadas a determinação dessas premissas em março de 2022 são maiores que em um cenário usual, principalmente em relação a projeções de preços futuros que podem influenciar na determinação do valor justo dos referidos ativos biológicos. Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, uma vez que há significativo julgamento em relação às premissas utilizadas no cálculo do valor justo, sendo que alterações dessas premissas podem impactar significativamente os resultados das operações e a posição patrimonial da Companhia. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, os seguintes: • Entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para a mensuração desses ativos; • Teste da metodologia utilizada no modelo matemático, bem como da consistência das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa, mediante comparação com indicadores-chave de monitoramento, dados internos da Companhia aprovados pela Administração e dados externos públicos relacionados ao setor sucroalcooleiro; e • Comparação dos dados das avaliações feitas com as respectivas divulgações, incluindo a descrição dos principais fatores que podem influenciar na determinação e variação do valor justo dos ativos biológicos da Companhia. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração da Companhia e suas respectivas divulgações em relação a esse tema são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Porque é um PAA: Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins - Notas 3.2 (b) e 12 (i):** Baseado em seu melhor julgamento, a administração do Grupo, reconheceu créditos tributários no montante de R\$ 12.369 mil no exercício findo em 31 de março de 2022 (2021 - R\$ 12.906 mil), referente ao processo judicial com trânsito em julgado relacionado a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins, apurado com base no ICMS destacado em nota fiscal nos meses de competência, assunto considerado incontroverso pela administração da Companhia. A avaliação da administração com relação ao montante dos créditos que foram contabilizados foi complexa e envolveu julgamentos relevantes, principalmente relacionados aos seguintes fatores: (i) montante dos créditos, metodologia de apuração e suas bases de cálculo não estão explícitas nas sentenças judiciais favoráveis ao Grupo; e (ii) tributação por alíquota específica de PIS e COFINS em base sobre volume (metro cúbico) de etanol comercializado (ad rem), cujas alíquotas estariam contidas também pelo ICMS. Tais possíveis créditos não foram contabilizados. Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento dos embargos de declaração relativo ao Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, tema 69, definindo que o ICMS não compõe as bases de cálculo do PIS e da Cofins. No julgamento, os efeitos da decisão foram modulados e a Corte reafirmou que o ICMS a ser excluído é o destacado em nota fiscal e não aquele pago. Apesar do STF ter fixado a tese com repercussão geral, discute-se ainda se os efeitos da decisão abrangem a ação própria do Grupo, especificamente quanto aos possíveis valores de PIS e COFINS calculados sobre o ICMS no método ad rem. A administração, embasada na opinião de seus consultores jurídicos, por entender que a ação própria da Companhia ao concentrar-se no termo faturamento de produtos e não mencionar este tema, não estaria abarcada pela decisão do STF e não reconheceu possíveis créditos calculados nesta metodologia de cálculo. Consideramos esse como um dos principais assuntos de auditoria devido à complexidade e julgamentos envolvidos na determinação dos créditos tributários reconhecidos pelo Grupo. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: • Entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para apuração dos créditos tributários; • Com apoio de nossos especialistas tributários, realizamos a leitura e análise da sentença judicial do Grupo, bem como discussões com a administração e seus assessores tributários sobre os critérios e julgamentos adotados na mensuração dos créditos tributários contabilizados; • Análise sobre a decisão do STF proferida em 13 de maio de 2021; • Análise do entendimento da administração, baseada na opinião legal de seus consultores jurídicos, de que os possíveis créditos de PIS e da Cofins advindos da comercialização do etanol por alíquota ad rem são considerados contingentes; • Conferimos, em base de testes, os cálculos efetuados, a integridade e acuracidade dos valores de ICMS destacados em nota fiscal pelo Grupo, que foram base para apuração dos referidos créditos tributários, bem como a atualização monetária; e • Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos

